Construindo a excelência em
GESTÃO ESCOLAR

UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO · PROTEPE · PROGEPE · Secretaria de Educação · PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO



Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar

MÓDULO 5

Projeto Político Pedagógico

Governador de Pernambuco
Eduardo Campos

Vice-governador
João Lyra Neto

Secretário de Educação
Anderson Gomes

Chefe de Gabinete
Roberta Kacowicz

Secretária Executiva de Gestão da Rede
Margareth Zaponi

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação
Ana Selva

Secretário Executivo de Educação Profissional
Paulo Dutra

Convênio com a Universidade de Pernambuco – UPE
Reitor
Carlos Calado

Vice-reitor
Rivaldo Albuquerque

MÓDULO 5

Projeto Político Pedagógico

TEMAS NORTEADORES

- **Projeto Político Pedagógico da escola– conceitos básicos**
- **Projeto Político Pedagógico dialógico sistêmico**
- **Planejamento escolar e projeto pedagógico**

C756 Pernambuco. Secretaria de Educação
Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento : Módulo V – Projeto político pedagógico / Secretaria de Educação. – Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.
50 f. : il.

Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco – PROGEPE
Programa de Formação Continuada de Técnicos Educacionais – PROTEPE
Inclui bibliografia

1. ESCOLAS – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. 2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. 3. PLANEJAMENTO ESCOLAR. 4. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES ESCOLARES. 5. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE TÉCNICOS EDUCACIONAIS. I. Título.

CDD 371.2
CDU 37.091

Sumário:
Módulo 5

Projeto Político Pedagógico

Para início de conversa 6

Temas Norteadores 7

Para Saber Mais 44

Na Prática 45

Comunidade Virtual de Aprendizagem 47

Dados biográficos – Conteudistas 48

Para início de conversa

O primeiro tema tem como objetivo instrumentalizar sobre os *fundamentos* do Projeto Político Pedagógico baseado na Cultura de Paz e Valores Humanos e como ele integra saberes, vivências, memórias e tradições que configuram os rumos, ritmos e impactos para um coletivo. Seguindo os princípios da gestão democrática participativa, da solidariedade e liberdade preconizadas na Constituição do país, o Projeto Político Pedagógico é ético-político porque seu foco é valorizar a vida. É projetivo porque organiza, esquematiza e muda de rota sempre que necessário para não perder o rumo, e é pedagógico porque centraliza seu movimento numa relação dialógica entre conhecimento formal e conhecimento não formal, abrindo espaços para difusão de outras culturas, novas descobertas com leituras de diferentes linguagens e expressões humanas.

TEMAS NORTEADORES

Projeto Político Pedagógico da Escola: conceitos básicos

Projeto Político Pedagógico: proposta dialógica e sistêmica

Planejamento escolar e o projeto político pedagógico

O segundo tema visa a organização e concretização do *Projeto Político Pedagógico* dentro da visão *dialógica sistêmica*. Busca esclarecer os significados sobre os termos diálogo, dialógico, sistêmico e pensamento complexo redimensionando o papel da escola dentro desta abordagem. Aborda a importância das crenças, interações e intenções do professor/gestor ao gerenciar as formas de ensinar e escolher conteúdos para o projeto escolar quando o foco é a Cultura de Paz e Valores Humanos, e pontua a construção da identidade da comunidade escolar através do sentimento de pertencimento.

O terceiro tema preocupa-se com a *construção do conhecimento* como função primordial da escola. Seu funcionamento deve ter como foco os ambientes e condições para que isso aconteça com propriedade, sendo esses ambientes o tempo, o espaço, os recursos, a organização e, claro, o planejamento.

O sucesso depende de um planejamento bem elaborado que, por sua vez, depende da equipe gestora com vontade de abraçar a proposta. Vale dizer que, mesmo as iniciativas isoladas, se forem acolhidas e estudadas pelo conjunto dos professores, crescem, institucionalizam-se, extrapolam os muros da escola e criam vida na comunidade.

Temas norteadores

Tema norteador 1

Projeto Político Pedagógico da escola: conceitos básicos

Temos como foco a instrumentalização do Projeto Político Pedagógico esclarecendo conceitos e concepções que nutrem a ideia de projeto escolar balizado na educação para paz e valores humanos sem deixar de seguir a estrutura e orientações do Sistema Educacional de Ensino da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco.

A Cultura de Paz e Valores Humanos: as bases inspiradoras do Projeto

Sabemos que no mundo contemporâneo globalizado existem tensões e estas tensões desgastam a gestão escolar pela força que se imprime no espaço público. Ao nos depararmos com os problemas locais e globais; com o direcionamento político e as necessidades da escola; com o distanciamento entre o conhecimento tradicional e o moderno; com a competição e a busca de igualdade de oportunidades, colocamos em xeque a nossa força de realização.

No entanto, o salto qualitativo, para uma proposta de Projeto com bases na Cultura de Paz e Valores Humanos reside na proposição de conceitos, concepções que irão sustentar práticas ainda não formalizadas na escola como, por exemplo, a importância dos rituais de aproximação entre estudantes, professores, família, escola; práticas introspectivas (meditação) para o autoconhecimento; o exercício do diálogo compassivo como forma de mediação de conflitos; o consumo responsável; a intensificação da produção de cultura dentro da escola; o domínio das mídias e outros recursos facilitadores do acesso ao conhecimento (inclusão), e a inevitável capacitação dos professores e gestores para efetivação de um trabalho inter e transdisciplinar centrado na formação integral do estudante. O Projeto Político Pedagógico pensado a partir deste modelo, devido à sua articulação participativa intensa do currículo inter e transdisciplinar, favorece a dinâmica comunicativa aproximando desejos e ideais pessoais às necessidades de um mundo mais humano.

Cultura de Paz: um breve recorte da história da educação no Brasil

Falar em cultura de paz não é falar de um modismo ou de aparatos educativos nem mesmo de um projeto como parte do currículo. A educação para a paz tem uma *história de lutas por direitos humanos, por justiça social* que culturalmente nos remete às histórias de confrontos violentos tendo como ponto máximo as ocorrências do século XX.

Estamos falando de bases para uma formação mais humana, da educação como direito civil, e a escola como bem social. Trata-se de algo que fundamenta a ação docente e a razão da existência da escola; da renovação da esperança apostando nas capacidades dos cidadãos do mundo com foco no ser em desenvolvimento, na valorização da nova geração e preservação das espécies no planeta. Estamos falando do direito de ser livre, viver bem e melhor, saber mais e conviver com as diferenças. Essa é a paz que queremos e que pode e deve começar na escola que é o lócus da produção de cultura. Pensar na construção de uma Cultura de Paz torna-se primordial.

Segundo Cury (2002), o Brasil reconhece a educação como um *direito* desde 1934 quando encontra, depois da Primeira Guerra Mundial, condições competitivas de industrialização frente a outros países. Após séculos de influências europeias e jesuíticas que consideravam o homem brasileiro (os não descendentes de europeus) como um ser bruto e ignorante, o saber poderia despertar uma reação à sua condição social, ideias e manifestações contra as ideologias conservadoras.

A partir da década de 30, começam a questionar o caráter elitista do currículo escolar como fonte de desigualdades, centralização de poder e instrumento de controle social. Conforme as ideias proclamadas pelo Manifesto da Educação Nova, expressas nos documentos em favor da reorganização da instrução pública na Bahia promovida por Anísio Teixeira, a nova postura frente à educação chama a atenção para uma organização curricular em harmonia aos interesses, às necessidades e aos estágios de desenvolvimento das crianças que Anísio Teixeira preconizou a partir das ideias de John Dewey com o qual passou parte do tempo estudando. A luta por direitos humanos toma força no mundo inteiro através de grupos da sociedade civil organizada, influenciando o andar pedagógico resistente a essa cultura libertária.

No Brasil, tais manifestações foram consideradas subversivas e amortizadas pelo golpe militar de 1964. A Constituição Federal de 1988, quarenta anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e quatro anos do fim da Ditadura retoma os princípios da igualdade, liberdade e solidariedade dando ênfase à educação para a cidadania e nãoviolência; o combate à pobreza e ao analfabetismo; ações contra todas as formas de discriminação; reafirma a proteção de grupos desfavorecidos; faz do acesso ao conhecimento um movimento nacional pela qualidade da educação, e pressupõe uma cultura baseada em novos paradigmas (Preâmbulo, CF, 1988).

No ano de 2000, a UNESCO lança a Década da Cultura de Paz e firma preceitos éticos sobre a Educação para a Paz. Milhões de pessoas em todo o mundo assinaram esse

manifesto e se comprometeram a cumprir os seis pontos de ação para atingir a cultura de paz convocando cada um de nós a se tornar um ativista, e mensageiros da tolerância, da solidariedade e do diálogo. Noleto (2002) aborda seis preceitos:

1. Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
2. Praticar a nãoviolência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas física, sexual, psicológica, econômica e social em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como os idosos, as crianças e os adolescentes;
3. Compartilhar o "meu" tempo e os "meus" recursos materiais cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
4. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e ao rechaço ao próximo;
5. Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
6. Contribuir com o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade.

> [...] A paz só é possível em ambientes democráticos, pelo esforço coletivo por buscar soluções comuns através de um diálogo que reconheçam a todos os seres humanos como interlocutores válidos. Requer também uma educação para a paz, ou seja, para o diálogo e para o respeito e exercício dos princípios que se acordem a partir desse diálogo. Entretanto, como pedra angular de nosso esforço por criar um mundo mais pacífico está a compreensão do elemento vital que falta à nossa sociedade. Sem essa compreensão, o argumento pelo diálogo da sociedade civil e por uma educação que o promova se reduz a uma simples decisão estratégica, a um acordo tácito para garantir unicamente a sobrevivência da espécie ou uma paz sem justiça, um corpo sem alma [...]. (RABBANI, 2002)

Os Valores Humanos

A construção de uma Cultura de Paz depende da educação baseada em valores essenciais para a formação de sujeitos éticos e responsáveis, conscientes de si e do mundo à sua volta, realizador de ações altruísticas e ecológicas. A Educação para o século XXI prioriza a formação do caráter com valores que se fundam nas formas de viver e pensar visando

não só o exercício da cidadania, mas para liderar mudanças sociais, ambientais e políticas necessárias à preservação da vida na Terra.

Os valores humanos são valores máximos que se fazem presentes em todas as culturas, sociedades, independente da raça, tradição, e ultrapassam o tempo e o espaço históricos dos grupos humanos. São valores que permitiram estarmos vivos hoje. Eles são essenciais porque despertam a Excelência Humana de construir um mundo mais humano. Os Valores Humanos não podem ser ensinados porque são inerentes à condição humana, mas podem ser despertados através de exemplos. Amor, Verdade, Ação Correta, Paz e Nãoviolência dos quais derivam centenas de outros valores (MARTINELLI, 1998). Quando a organização do trabalho pedagógico tem como fio condutor a Educação de Valores Humanos, o alinhamento de nosso pensar, sentir e fazer atingem patamares qualitativos na excelência do ensinar.

Projeto Político Pedagógico

Primeiramente vamos explicitar aspectos que configuram um Projeto Político Pedagógico: *a participação, a gestão democrática, a autonomia e o trabalho coletivo*.

a) A participação

Participar do contexto escolar significa em ajudar a construir comunicativamente um plano de ação coletivo que se aproxima do desejo de todos em melhorar a escola. Como não sabemos ainda participar coletivamente dentro de um dinamismo democrático, a forma de participação muitas vezes se reduz a críticas e pareceres negativos sobre a escola, que segundo Paro (1998), é a confirmação do desejo de participação da comunidade. Falar da escola, não é participar colaborativamente, mas sinaliza um desejo de estar lá. A participação positiva na escola envolve rituais de aproximação “afetivos” que a equipe gestora pode organizar.

É a equipe gestora que mobiliza a aproximação. Nesta mobilização, espera-se o envolvimento dos estudantes, dos familiares, dos colaboradores, parceiros, e setores da comunidade. Pensemos a participação como uma egrégora que vai se formando em torno de um ideal onde as pessoas se envolvem e se integram nas comemorações e nas decisões da escola, nos apoios e proteção do espaço escolar e dentro dele os educadores e a juventude que queremos formar.

Uma escola participativa espera contar com os seus estudantes para esta mobilização. Como fazer? Os rituais de aproximação começam *pelo acolhimento* da escola que produz um diálogo compassivo, nãoviolento e atento a todos.

Imagens 1 e 2 - Acolhimento de pais e filhos pela escola



Fonte: acervo Magda M. Fernandes (2010)

Participar de um contexto escolar é considerar, por parte dos profissionais da escola, a importância da família e da comunidade e sua força na efetivação do Projeto Político Pedagógico. Negligenciá-los, é trabalhar sozinho, e pior, facilitando a permanência do modelo ditatorial. Durante anos a escola teve uma concepção de família como o lado oposto da escola. A ideia de oposição traz a ideia de inimigo.

A incompreensão de que a família é uma extensão dos estudantes na escola prejudica a aprendizagem. Esta postura torna-se a base dos confrontos entre escola e comunidade. Reuniões limitadas a informações sobre desempenho e comportamento condenando muitas vezes os estudantes e os colocando contra seus familiares, tem como consequência o enquadramento das reuniões na categoria de ameaçadoras. Sem desfazer este mal entendido sobre concepção da participação da família na escola tornam as aproximações esvaziadas e sem vínculos.

A gestão democrática participativa *torna-se colaborativa* na medida em que ultrapassa a mera elaboração de planos com fins de exigências burocráticas. A participação dos pais e comunidade ajuda a construir a identidade da escola e estabelecer o foco no desenvolvimento dos estudantes, em saberes necessários à sua humanização que é o eixo norteador da ação educativa.

Quando os estudantes e pais não gostam de reuniões, muitas vezes é porque o condutor das reuniões centraliza seu discurso em instantâneos sociais, em fatos inusitados dos quais todos nós estamos submetidos.

O baixo rendimento escolar e comportamentos reativos não revelam a verdadeira essência do eu, mas sinalizam que algo não vai bem. É importante ver primeiro o que está perto: os aspectos pedagógicos, as relações sociais, a estrutura e organização institucional, estilos de ensino, recursos, satisfação em estarem na escola, e depois para o que está mais distante, os problemas da família, do meio-ambiente e contextos.

Vários estudantes estranham a troca de profissionais, a linguagem, metodologias não muito eficazes ou um clima de intimidações e terror entre estudantes. O importante é mapear o que está acontecendo e dar soluções pedagógicas. A escola tem limites? Sim, tem limites. Por isso o ideal é fazer parcerias com pais e profissionais para discutir os pontos positivos e os problemas. Promover o interesse e diálogo além de juntar esforços para melhorar a escola é dever do gestor. Ter medo da aproximação da comunidade, e insistir num tipo de comunicação fria ou distanciada torna o relacionamento vazio limitando a participação a uma pseudoparticipação. A *pseudoparticipação* traz consequências negativas que legitima políticas de desvalorização profissional como baixo salário, dificuldades de destinação de apoios pedagógicos e recursos, ausência de formação em exercício e rotatividade docente.

b) A gestão democrática participativa e a construção do conhecimento

A gestão democrática para ser verdadeiramente democrática requer a participação que, repetimos, é uma construção afetiva, ritualística, progressiva e conflituosa dada à diversidade das pessoas que congrega. A importância do acolhimento da família na escola é vital para a gestão e trabalho dos professores, porque envolvem a aprendizagem e o sentimento de pertencimento do estudante.

Entendamos a afetividade na aprendizagem como o conhecimento construído através das interações e vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, consequentemente, o processo de aprendizagem.

Perceber o sujeito como um ser integral, que pensa e sente simultaneamente, é reconhecer a afetividade como parte integrante do processo de construção do conhecimento.

A relação positiva da escola com a família é essencialmente pedagógica, afetiva e cultural porque se faz complementar ao desenvolvimento do estudante e lhe traz segurança ao sentir-se cuidado. Os conhecimentos adquiridos na escola são levados pelos estudantes e

difundem na família e vice-versa. A relação dialógica entre o formal erudito e o informal popular é a essência da prática pedagógica.

c) A autonomia

A autonomia na escola não impede que ela obedeça às diretrizes gerais do sistema educacional porque ela é um espaço público regido por leis comuns. A ela, é facultado o direito de ter leis próprias, condição prevista inclusive na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo n. 15). A escola mesmo subordinada a um sistema maior, através da gestão democrática participativa e envolvimento cada vez maior da comunidade, consegue obter graus de autonomia para ter vida própria.

São quatro dimensões da autonomia na escola: **autonomia administrativa**, relativa à escola poder elaborar seus projetos de gestão; a**utonomia jurídica** relacionada à escola em construir suas próprias regulações e orientações; a**utonomia financeira**, para administrar e buscar recursos financeiros e conseguir um melhor funcionamento; a **autonomia pedagógica**, a liberdade de buscar mecanismos facilitadores para elaboração de propostas pedagógicas e mudanças no currículo.

O fato de a escola poder construir o seu próprio Projeto objetivando melhorias didáticas e pedagógicas, estruturais, financeiras, culturais e sociais, vincula a escola ao coletivo da comunidade interna e externa cujo patrimônio físico do equipamento, e o patrimônio cultural são compartilhados.

O sentimento de pertencimento da comunidade para com a escola e a escola para a comunidade reforça o diálogo coletivo e fortalece as representações positivas sobre professores, sobre a importância do conhecimento, e revela o espaço público escolar

d) A força do trabalho coletivo colaborativo

A força do trabalho coletivo colaborativo ajuda a escola a ter vida própria e a organizar e reorganizar seu Projeto. O *currículo* é o coração do Projeto que se constitui a partir das necessidades, desejos e perspectivas reconhecidas na comunidade escolar expressas nas escolhas, nas formas de ensinar, e de lidar com os conhecimentos e a diversidade cultural. A escola a*o basear-se no conhecimento das próprias comunidades, a eficiência dos governos locais, gera equidade, promove um movimento político sustentado, incrementando laços de solidariedade e cooperação e contribuição para criação de cidadãos mais críticos e competentes* (SCHUGURENSKY, 2000, p.188).

A organização documental do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico deve expressar os propósitos democráticos que estão por trás das organizações e a própria organização do espaço escolar, em suas atividades

administrativas, pedagógicas e curriculares. A equipe gestora deve esforçar-se para entrar em consenso e considerar os dissensos nas discussões com abertura para considerações, revisões, soluções já que numa democracia verdadeira, o consenso não nunca é total, nem conclusivo.

Preliminares: levantamentos, leituras, registros, pesquisas como base para as discussões do projeto.

A. Organização de bibliografia, organização do tempo e do espaço para acontecer os encontros coletivos e discussões;

B. Apropriar-se de leituras que promovam e pensar reflexivo para um posicionamento coletivo quanto a concepções sobre: estudante, criança, adolescente, adulto, valores éticos, pobreza, mundo, meio ambiente, ensino, aprendizagem, família, sociedade, função da escola, professores, democracia, participação, autonomia, trabalho coletivo, ação política;

C. Apropriar-se da legislação: as recomendações e acordos internacionais, e leis nacionais envolvendo a Educação;

D. Apropriar-se de levantamentos e características da população a ser atendida da comunidade na qual a escola está inserida;

E. Pensar e debater sobre o acolhimento da comunidade escolar e suas especificidades;

F. Pensar e debater coletivamente sobre as bases, fins e objetivos do trabalho pedagógico;

G. O regime de funcionamento;

H. A descrição do espaço físico, das instalações e dos equipamentos;

I. Levantar entre os profissionais: cargos, funções, habilitação e níveis de formação;

J. Os parâmetros de organização de grupos;

K. A relação professor- estudante;

L. A organização do cotidiano de trabalho;

M. O envolvimento dos demais profissionais no processo educativo;

N. A proposta de articulação da escola com a família e a comunidade;

O. O processo de avaliação, explicitando suas práticas, instrumentos e registros;

P. O processo de planejamento geral.

Organização da Matriz Curricular

Pensar na organização da matriz curricular, as escolhas de conteúdos organizadas por áreas de conhecimento, a organização de projetos especiais, organização de atividades científicas e culturais segundo as diretrizes da educação e dos referenciais curriculares nacionais.

Estrutura articulada

O Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e Projetos Especiais das unidades escolares deverão estar consonantes com as leis nacionais e acordos internacionais que o Brasil é signatário e envolvem o direito à paz com justiça e equidade, frutos de um processo intenso de luta pelos Direitos Humanos de seguimentos marginalizados e historicamente excluídos. A apropriação destes documentos pela equipe gestora é fundamental. Seguem alguns dos principais documentos:

1. Documentos internacionais, acordos e recomendações:

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – 1948

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

(...) A presente Declaração Universal dos Diretos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA – ONU-UNICEF – 1959

http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm

Princípios dos direitos da criança enquanto cidadão do mundo

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS – Jomtien,Tailândia – 1990

Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.

http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf

Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990: *Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; Entendendo que a educação*

pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional proclama os artigos...

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994
Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf
(...) Nos, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações.

DECLARAÇÃO DE VENEZA – 1986
Comunicado final do Colóquio **"A Ciência diante das Fronteiras do Conhecimento"**
http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000685/068502por.pdf
(...) Somos testemunhas de uma revolução muito importante no domínio da ciência, provocada pela ciência fundamental (em particular a física e a biologia), devido a transformação que ela traz à lógica à epistemologia e também, por meio das aplicações tecnológicas, à vida de todos os dias. Mas, constatamos, ao mesmo tempo, a existência de uma importante defasagem entre a nova visão do mundo que emerge do estudo dos sistemas naturais e os valores que ainda predominam nas filosofias, nas ciências do homem e na vida da sociedade moderna. Pois estes valores baseiam-se em grande parte no determinismo mecanicista, no positivismo ou no niilismo. Sentimos esta defasagem como fortemente nociva e portadora de grandes ameaças de destruição de nossa espécie.

2. Leis Nacionais:
CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
http://www.camara.gov.br/internet/legislacao/constituicao/CFpdf/Constituicao.pdf

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
LEI N. 8.069 de 13/07/1990
http://www.camara.gov.br/internet/legislacao/constituicao/CFpdf/Constituicao.pdf
Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.
Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências.

LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.
Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020
http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf Estabelece o plano decenal de educação, metas e propósitos a serem atingidos.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.
Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista.

PEE – PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/planos/PE_PEE_Lei.pdf
O Plano Estadual reflete o consenso da sociedade sobre o papel da educação para o desenvolvimento social e econômico sustentável. De modo geral, incentiva à participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das unidades de ensino; estimula a criação de Conselhos Municipais de Educação; fortalece a autonomia pedagógica e administrativa- financeira das escolas, por meio de repasses.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS
Educação Especial
Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001
Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Educação-Infantil -
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid=

Ensino Fundamental
http://www.cesarcallegari.com.br/files/arquivos/1280268496.pdf

Ensino Médio
http://www.ca.ufsc.br/files/2012/04/rceb002_121.pdf

Ensino a Distância
Parecer CNE/CEB nº 41/2002, aprovado em 02 de dezembro 2002
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.

Educação de Jovens e Adultos
Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000
Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Educação Indígena
Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001
Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

PORTAL DO MEC
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados

3.Diretrizes legais em Pernambuco[1]:
Entre as políticas e diretrizes de Pernambuco para a educação, podemos salientar:
METAS ESTRATÉGICAS/IDEB E IDEPE
As diretrizes das políticas de Pernambuco resultaram na implantação de um sistema de monitoramento e avaliação dos indicadores de processo (frequência de estudantes e professores, cumprimento do currículo, estudantes abaixo da média, aulas previstas x aulas dadas, cumprimento do calendário letivo, estudantes não alfabetizados, estudantes com distorção idade-série) e de resultados do sistema educacional (taxa de aprovação, resultados de avaliações externas, como IDEB e IDEPE).

O planejamento estratégico realizado na SEE resultou em 10 diretrizes e 33 planos operativos que nortearam as ações na educação, no primeiro ciclo de gestão, e formaram a base para o desenvolvimento e implantação do Pacto Pela Educação.

É preciso observar a existência de quatro condições simultâneas no sistema de ensino: a)objetivos educacionais e metas claras por escolas; b)sistema próprio de avaliação ;

[1] Ver Módulo 1 do Curso de Aperfeiçoamento do PROGEPE "**Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios**

c)sistema de incentivos para as escolas que alcançam as metas estabelecidas e d) sistema de monitoramento de indicadores de processos.

Essas quatro condições encontram-se em fase de consolidação no sistema de ensino estadual e constituem-se em um dos pilares da política educacional no estado. Os objetivos educacionais são estabelecidos para o conjunto de escolas e se encontram em sintonia com a visão da Secretaria, que é tornar-se referência em educação de qualidade social. As metas são estabelecidas por escola, desagregada por nível de ensino, baseadas no Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco – IDEPE, composto pela proficiência dos estudantes em língua portuguesa e matemática, aferidos pelo SAEPE no 4º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, e pelas taxas de aprovação medidas pelo censo escolar, de forma análoga ao IDEB. Desta forma, cada escola tem as suas metas de qualidade pactuadas anualmente em um Termo de Compromisso, que corresponde ao esforço necessário para alcançar o IDEPE estabelecido para o ano letivo. A média geral das metas é sempre maior do que as estabelecidas para o IDEB pelo governo federal. Assim, a meta da Secretaria de Educação é alcançar a nota 6 em 2021, em todos os níveis de ensino, enquanto a do governo federal, para a rede estadual de Pernambuco, é 5,5; 4,5 e 4,5 respectivamente para o 5º e 9º do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

BÔNUS DE DESEMPENHO EDUCACIONAL – BDE

O Governo de Pernambuco implantou um sistema de incentivos de forma inovadora, que tem como finalidade estimular a permanência do professor e demais servidores em uma única escola e o desenvolvimento de ações coletivas no interior de cada unidade escolar voltadas para a melhoria da qualidade social do ensino. Instituído em 2008, por meio da Lei 13.486, o Bônus de Desempenho Educacional – BDE é devido às escolas estaduais que alcançam a partir de 50% das metas pactuadas no Termo de Compromisso e a todos os servidores destas escolas, proporcional ao tempo de serviço na escola, limitado a um mínimo de seis meses.

A partir de 2009, foi ampliado para as Gerências Regionais, utilizando recursos financeiros específicos e tendo como meta a média das metas estabelecidas para o conjunto de escolas sob a jurisdição de cada GRE.

Esta estratégia permite naõ só valorizar a participação, mas também estimular o compromisso com a instituição e seus impactos na comunidade, no estado de Pernambuco e na vida das pessoas com as quais interagem.

Roteiro para o documento do Projeto Político Pedagógico

As escolas seguem um padrão para a organização do Projeto Político Pedagógico. Como sugestão, apresentamos um roteiro, pois cada Sistema de Ensino cria um padrão próprio:

a. **Apresentação ou Introdução**
   - Pressupostos filosóficos e direcionamentos previstos nas leis nacionais e recomendações internacionais contemplando a formação dos estudantes em consonância com estes documentos.

b. **Identificação do estabelecimento**
   - espaço físico, instalações e equipamentos
   - relação de recursos humanos, especificando cargos e funções
   - número de estudantes e horário de funcionamento
   - recursos humanos, nível de formação de cada profissional, função e a forma de prestação de serviço

c. **Histórico da unidade escolar e a sua relação com a comunidade**
   - Redigir documento constando a realidade local (consultar levantamentos de dados junto à prefeitura, IBGE e IDH atualizados).
   - Contextualizar a realidade; perceber as necessidades.·.

d. **Eixos norteadores da escola**
   - Função da escola e sua relação direta com o meio social onde está inserida.

e. **Marco referencial**
   - Missão, Visão, Valores, Compromissos e Utopias.

f. **Princípios, as teorias de aprendizagem e os princípios do sistema de avaliação.**
   - A visão ideal de sociedade e de homem; definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter a instituição que se planeja.

g. **Diagnóstico da realidade da escola**
   - É a busca das necessidades a partir da análise da realidade e/ou juízo sobre a realidade da escola e a comparação com o que se almeja.

h. **Programação de proposta de ação para efetivar as práticas**
   - Organização e escolha de conteúdos, metodologias, recursos materiais
   - A formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos
   - Como se fará a aplicação e busca de recursos financeiros
   - O acolhimento e orientação quanto ao atendimento dos estudantes
   - O acolhimento e orientação quanto aos estudantes com deficiências
   - Acolhimento e orientação quanto aos estudantes em conflito com a lei
   - Articulação entre escola, família e comunidade
   - Organização de Atividades de Aprofundamento Científicos Culturais - AACC
   - A organização e atuação do Conselho de Escola
   - A organização e atuação do Conselho de Classe

- As formas de protagonismo dos estudantes na escola (crianças e adolescentes)
- A atuação da Associação de Pais e Mestres
- Difusão dos trabalhos dos estudantes – intercâmbios culturais
- Transparência da escola sobre suas atividades
- Formação de parcerias em áreas (saúde, transporte, infraestrutura).
- Apoios colaborativos
- Procedimentos de segurança em caso de acidentes - falta de energia, enchentes, acidentes com estudantes
- Articulação com o Conselho Tutelar segundo o ECA.

i. Proposta Curricular

Deve estar diretamente relacionada aos pressupostos teóricos estabelecidos pela instituição, sem perder o foco e a relação entre objetivos, conteúdos e avaliação por segmento e área de conhecimento:

- Organização da escola: horários, turmas, salas, biblioteca, multimeios
- Organização do trabalho pedagógico por áreas de conhecimento constando objetivos, conteúdos, métodos, e avaliações
- Processos de avaliação interna (da escola: processual formativa, cumulativa participativa) e a externa (do sistema: provas estaduais e nacionais)

j. Matriz curricular

São os *quadros* ou *listagem* de conteúdos por área de conhecimento e ano de ensino incluindo carga horária quando tiver.

k. Marcos de Aprendizagem

São os *quadros* de registros que serão usados para acompanhamento do ensino e da aprendizagem. São separados por ano ou ciclos e áreas de conhecimento

l. Projetos especiais

São os projetos culturais que agregam talentos da escola e da comunidade na intenção de enriquecimento e aprofundamento da formação dos estudantes. Podem ser propostos por professores da escola ou de outras escolas, pais ou profissionais que se adéquam a uma necessidade ou desejo da formação dos estudantes. Veja no ambiente virtual do PROGEPE um exemplo da Escola Comunitária de Campinas/SP:

Projeto Música na Escola
Projeto Acolhida
Projeto Passagem
Projeto "Outros tempos na história de vida da criança"

m. Anexos

- Registro dos Marcos de Aprendizagem
- *Conteúdo - Competências - Habilidades* (ano ou ciclo)

- Diário de Classe onde deve ser registrada a *habilidade a ser construída* e os conteúdos e competências datados do início, meio e fim;
- Registros da Avaliação Processual com pareceres descritivos pautados nas
- Competências e habilidades destacados nos Marcos de Aprendizagem.

Tema norteador 2

Projeto Político Pedagógico: proposta dialógica sistêmica

Antes de entrarmos no assunto sobre o Projeto Político Pedagógico com abordagem dialógica sistêmica, é necessário compreendermos o significado de algumas palavras relacionadas ao termo dialógico sistêmico e à sua importância dentro do contexto ensino e aprendizagem.

a) Diálogo - conversação, colóquio, comunicação, discussão ou troca de idéias, conceitos, opiniões, objetivando a solução de problemas e busca de harmonia. Vemos nos dicionários que o diálogo é relativo à busca de entendimento, harmonia, consenso. É fundamental sabermos que a busca por harmonia e consenso não se dá fora desta forma de comunicação.

b) **Dialógico** – diálogo provocante, que faz pensar e desperta o interesse pelo assunto. Estendamos isto como a ferramenta primordial da comunicação dos professores.

c) **Sistêmico** - O pensamento sistêmico não nega a racionalidade científica, mas acredita que ela não oferece parâmetros suficientes para compreender melhor o mundo. O pensamento sistêmico é desenvolvido conjuntamente com a subjetividade das artes e das tradições espirituais, e é visto como componente do paradigma que ora emerge devido à complexidade de nossa realidade. A análise da realidade, dos problemas, deve ser dialógica e sistêmica, ou seja, de interesse do aprendente (despertá-lo para isso) e estabelecer muitas relações entre as áreas do conhecimento associadas às vivências, o que dizem as tradições, como povos de outras culturas e em épocas diferentes resolveram esta mesma questão, qual o olhar das pessoas que *vivem* o problema. Portanto, as diferentes áreas do conhecimento precisam conversar – isto é, fazer a INTER e TRANSDISCIPLINARIDADE[2].

d) **Pensamento complexo ou sistêmico** - uma forma de ver o mundo que advém, entre outras coisas, do reconhecimento de uma hipercomplexidade cultural e de ver-se fazendo parte do todo. A inteligência da complexidade trabalha para *religar* cultura

[2] Desenrola - O que é transdisciplinaridade com Regina Migliori em http://www.youtube.com/watch?v=wesPNCLCopM&feature=related

científica à humanística, favorecendo a operatividade para uma ética responsável que não se realiza sem a prática de Valores Humanos. O pensamento complexo, na prática, precisa de um eixo norteador no fazer educativo – Propomos partir de Valores Humanos e Cultura de Paz para a construção do caráter. O mundo precisa de dirigentes com consciência ética atuante no micro e no macro espaço e em todos os setores: da saúde, da educação, da gerência pública, da produção, da comunicação, e de comportamento político não partidário na hora de decidir. A paz só é possível com justiça.

Pensamento dialógico

Freire (1987, p. 45) nos ensina que o diálogo é uma relação amorosa com o mundo, com o outro que se respeita, porque a base do diálogo é a escuta. A escuta ativa (sem juízo de valor) defendida por Marshall Rosemberg, em seu livro *Comunicação Não violenta,* permite ao outro que se expressa, ficar à vontade em sua expressão, intermediada pelo silêncio de quem escuta ativamente, e vice-versa. Hoje, trata-se de um "exercício" que deve ser ensinado na escola, exercitado por todos. Existe a arte de contar histórias, mas precisamos trabalhar a arte do escutar histórias. Paulo Freire acrescenta: [...] *Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.* Sendo o diálogo um ato de amor, o amor existe quando há diálogo.

O pensamento dialógico é o espaço comunicativo fecundo decorrente da fusão de ideias, onde nascem outras ideias e as novas ideias. Faz-se necessário precisar os limites do discurso científico e o papel do discurso filosófico de modo a arbitrar corretamente o conflito entre filosofia do homem e ciências humanas e o ponto onde o homem sente a sua existência, a partir do outro que dialoga com ele.

> [...] O dialógico não deve ser equiparado com o amor [...] Mas o amor sem a dialógica, isto é, sem um verdadeiro sair-de-si-em-direção-ao-outro, sem alcançar-o-outro, sem permanecer junto-ao-outro, o amor que permanece consigo mesmo, é este que se chama Lúcifer [...] (MARTIN BUBER, p, 55, apud VON ZUBER, 1984). É no tornar-se-presente e na confirmação do outro em sua alteridade, quando cada um experiecia o outro lado, nesta mútua aceitação que reside a responsabilidade do diálogo. É a responsabilidade que fará com que a relação misteriosa que acontece entre os homens deixe de ser mero jogo e contato ilusório baseado na aparência para se converter em autêntico diálogo, onde a palavra e a ação se fundam na unidade da vida vivida (VON ZUBER, 1984, p.2).

O pensamento sistêmico

O pensamento sistêmico, de uma forma geral, pode ser definido como uma nova forma de percepção da realidade. Segundo Capra (1996) *quanto mais são estudados os*

problemas de nossa época, mais se percebe que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. *Educador – educando* quando se debruçam sobre as realidades concretas, devem buscar entendê-la de forma sistêmica, que significa, literalmente, colocá-la dentro de um contexto e estabelecer a natureza complexa de suas relações.

O Projeto Político Pedagógico, numa proposta dialógica sistêmica, centra-se na intensificação da comunicação amorosa e no compartilhamento de ideias, reflexões, raciocínios sobre a realidade problematizada, estabelecendo relações complexas. É na vivência do currículo que o projeto se materializa. Tendo como fio condutor a Cultura de Paz e Valores Humanos, somam-se à proposta escolar os conhecimentos com sentimentos, vivências, narrativas que convergem para a formação da identidade escolar, o sentimento de pertencimento e edificação do caráter.

A função da escola e o paradigma dialógico-sistêmico

Temos que criar um jeito de lidar com o mundo de sujeitos que dialogam, nos observam, e percebem como operamos diante de situações. Qual escola não está abastecida de sujeitos desejosos de alegrias, de admirar-se fazendo uma dança, um salto, uma poesia, que ajudam o próximo, amam e querem ser amados?

Pensemos na democracia de cidadãos unidos por uma causa nobre. Pensemos no exercício diário de uma democracia ativa que promove e revela talentos. Como é ensinar a cooperar, respeitar, competir, brincar sem uso de violências? Vamos pensar simplesmente numa escola sem exigir nada dela, apenas que faça brotar o entusiasmo pelo conhecimento, tanto no professor quanto no estudante. Certamente ouviríamos: *Nossa! Essa escola já existe! Puxa é isso que fazemos na nossa escola! Sim, minha escola tem vida, tem amor!* Não estamos colocando nada de diferente na escola, apenas reafirmando seu lugar, chamando a atenção para um contexto muito complexo do mundo atual. A escola é uma referência na comunidade, é pura comunicação, é arte, é cultura.

Quem ensina, ensina a partir de suas convicções, apostando no conhecimento[3]. Acabar com as desigualdades sociais, injustiças, corrupção, desavenças na família não é responsabilidade da escola. Mas é responsabilidade da escola o empoderamento dos estudantes, através do conhecimento e da prática da argumentação. Existe uma crença que circula entre os educadores: a crença de que o conhecimento liberta. Liberta do quê? Dos medos, dos preconceitos, da arrogância, do condicionamento. Reposicionar as

[3] VÍDEO - Projeto de Herivaldo Alves Pereira - Professor Nota 10 em http://www.youtube.com/watch?v=JC95g14VK1o .

reflexões dos profissionais da educação sobre a produção da escola é, antes de tudo, reposicioná-los sobre suas crenças. Pensemos em como exercer a democracia na escola pelo ângulo comunicativo, face a face, nas interações inerentes à nossa condição humana. É na interação com o outro que demonstramos as nossas intenções derivadas de nossas crenças. Vê-las é encarar nossos conflitos – a eterna busca do conhecimento[4].

As interações e intenções do projeto escolar - a Cultura de Paz e Valores Humanos.

A intencionalidade de um projeto é o seu próprio combustível para a concretização do projeto, pois nele, encontramos as *dimensões das intenções*. Faremos uma explicação sobre estas dimensões, focando a prática de valores humanos como propósito de uma escolha pessoal e subjetiva. Os valores éticos que escolhemos refletem em nossas ações em diferentes planos de interação.

Figura 3 – Valores Universais



Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes

No **plano pessoal,** a interação começa pela viagem interior onde elaboramos as nossas ideias, medos, anseios, conjecturas e sentidos - os *por quês* da vida. Somente com a consciência de que somos aprendentes inacabados é que entenderemos que esta busca é eterna e evolutiva, por isso, aprender não tem idade. A sabedoria é silenciosa, e, ao mesmo tempo, uma vertente; quando nos esforçamos em manter pensamentos elevados, alinhados a palavras e ações, praticamos a **VERDADE.**

No **plano social,** somos aquilo que vemos no outro. O outro é o si mesmo. Devemos tratar o outro com respeito porque é isso que desejamos para nós. O respeito é uma escolha que aproxima, e permite a convivência e a cooperação. De repente, as

[4] VÍDEO - Mente inovadora em http://www.youtube.com/watch?v=Ngwmr4e0sDc&feature=related

circunstâncias do outro ressoam em nós como se fosse conosco aquela situação. Quando nos solidarizamos, é porque temos compaixão. Neste diálogo, a preocupação com o outro, a compaixão, a solidariedade, a não cooperação com sistemas desumanizantes revelam-se como prática do **AMOR**.

Esta compreensão na profissão de professor/gestor significa que a escola tem um espaço aberto à diversidade[5] além do fato que o trabalho educacional não é feito só na escola, nem só com um padrão idealizados de estudantes, mas em asilos, em sistemas prisionais, junto aos meninos e meninas em conflito com a lei, junto a crianças com câncer, AIDS, nos hospitais onde já existe espaço para professores atuarem, junto aos vitimados pela violência familiar, nos asilos, nas comunidades longínquas, em ambientes de guerra, junto aos estudantes com necessidades especiais.Podemos desenvolver o respeito, a cooperação, a solidariedade organizando grupos para a resolução de problemas reais ou virtuais, ensinando a pessoa a pensar e a lidar com realidades concretas, entrando mesmo nos dilemas e criando situações em que o grupo poderá trazer formas de analisar e dar respostas.

Figura 4 –Plano Social



Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes

No **plano institucional**, a comunicação se estabelece em pontos focais da ação democrática centrada no diálogo que é o aspecto da **NÃO VIOLÊNCIA.** Para esta interação faz-se necessário:

- Promover o **PROTAGONISMO** dos integrantes[6];

[5] VÍDEO **E. I. Escolas Interativas de Ensino Fundamental Sistema Interativo de Ensino e Educação em** http://www.youtube.com/watch?v=-IDqXLa6kzM

[6] VIDEO da Escola Municipal Comendador Amorim Lima em **http://www.youtube.com/watch?v=QNkx0gpKYKo**

- Discutir o que se produz dentro da instituição;
- Evitar a transferência de responsabilidades;
- Trocar conhecimentos e experiências positivas e examinar o que foi negativo para tirar deles as lições e as novas possibilidades de mudanças;
- Desenvolver programas específicos como forma de facilitar o acesso ao conhecimento e superar problemas;
- Construir planos coletivos de trabalho.

Figura 5 – Práticas Democráticas/Institucional



Fonte - arquivo Magda Marly Fernandes

No **plano político**, o esforço está na expressão concreta do compromisso com a ética nas relações de poder. É na participação ativa que reivindicamos, reorganizamos, exigimos a distribuição equânime de benefícios, o combate às violências. Quando fazemos isso, estamos praticando a **AÇÃO CORRETA**.

Figura 6 – Plano Político

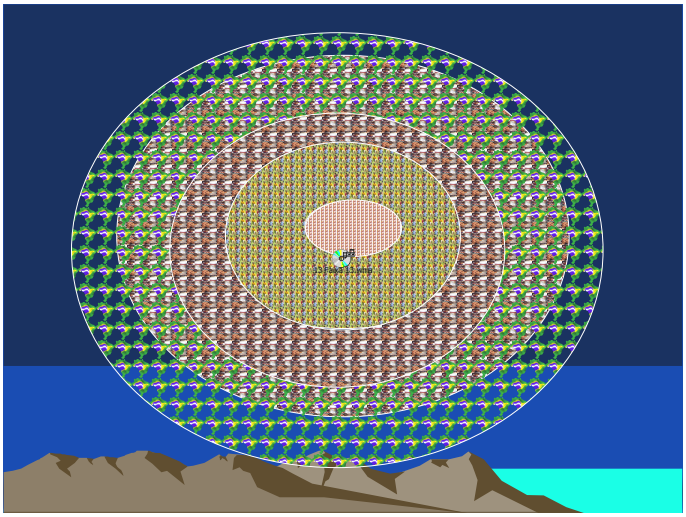


Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes

Este aspecto pode ser exercitado na escola através do Protagonismo juvenil, da abertura para as trocas de ideias, de percepções. Quando os estudantes participam do projeto escolar e decidem, junto com a escola, o que é bom deve permanecer, e o que está ruim, melhorar, a escola oferece aos estudantes a chance de desenvolver o senso crítico, posicionar-se, responsabilizar-se por suas ações e melhorar o convívio e a aprendizagem. A **AÇÃO CORRETA** (ética) vem da consciência da responsabilidade pela noção que esta é a ação política. Portanto, ético é o que esperamos de todo profissional e de todo cidadão ao exercer a sua cidadania.

No **plano ambiental planetário**, a contribuição se dá através da consciência ecológica associadas a todos os outros planos de atuação humana. Praticar no cotidiano, e em todos os lugares, ações altruísticas e ecológicas como forma de autopreservação, preservação da vida no Planeta são práticas de **Paz**. Não há **Paz** onde a vida está ameaçada.

Figura 7 – Plano Ambiental



Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes

O sentimento de pertencimento – a formação da Identidade.

Sem o sentimento de pertencimento, a escola perde o sentido. O que ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento é o envolvimento, a participação positiva e ativa que tem como intenção o bem da escola, dos estudantes, da comunidade escolar. Isto faz o projeto ir além da intencionalidade: ele se torna envolvente, concreto e extrapola os muros da escola.

- **Identidade positiva da comunidade**
  Envolver a comunidade em projetos da escola; comemorar conquistas.
- **Identidade positiva do estudante**
  Envolver os estudantes em projetos para a comunidade; envolver a escola nas festas culturais.

- **Identidade positiva dos professores**[7]
  Alinhamento de projeto de vida com projeto profissional; perceber que o trabalho é complemento da realização pessoal.

Seguem algumas sugestões de atividades de rotina que servirão para subsidiar a construção da matriz de referência em valores humanos no cotidiano:

- **Muro das boas palavras:** quadro de anotações diárias em que as pessoas colocarão sempre boas palavras, elogios, mensagens, etc. Ter um em cada sala de aula, no pátio interno e externo. No final de semana ou do mês, substituir o quadro, registrar e comentar.
- **Caixa dos tesouros**: estimular a escrita de todas as coisas boas que são presenciadas na escola e fora dela.
- **Painel figurativo** do complexo temático a ser desenvolvido na escola.
- **Ênfase nas realizações dos estudantes:** através de encontros interclasses e interescolares unindo mostras, mesa de debates, comunicação oral, oficinas realizadas parte pelos professores ou convidados, parte pelos estudantes.
- **Organizar comunicações:** semanas científicas, feira de talentos, viradas esportivas, exposições de fotografias e artes, criar mostra de cinema, semanas literárias integrando musica-dança-teatro a partir de oficinas e produção dos estudantes (TEMÁTICO).
- **Rever crenças e atitudes na prática de valores:** esta é uma prática permanente no grupo de professores junto aos estudantes e entre professores.
- **Manter um ambiente** saudável e amistoso.
- **Praticar a generosidade e a comunicação não violenta**.
- **Espírito colaborativo:** é uma habilidade humana lapidada na vida em comunidade: é possível despertá-la nas situações de trabalho coletivo, nas comemorações e em situações limites quando há perigo ou ameaça à integridade do grupo. Estas são oportunidades de percebermos sentimentos, formas de resistência, os valores que edificam o caráter.

[7] VÍDEO O saber e o sabor – MEC em http://www.youtube.com/watch?v=Myn-smzueG4&feature=related

Tema norteador 3

Planejamento escolar e o projeto pedagógico

Aprendemos muita coisa sobre o projeto escolar e é importante localizar o que aprendemos para fazermos um alinhamento com o planejamento escolar. Em *Projeto Político Pedagógico da escola – conceitos básicos*, o nosso foco foi a organização do trabalho pedagógico da escola, o que facilita a busca de melhoria da qualidade do ensino com bases na Cultura de Paz e Valores Humanos.

Neste tema também focalizamos o Projeto Político Pedagógico dando ênfase à gestão democrática participativa, à autonomia e à força do trabalho coletivo para, enfim, entrarmos na instrumentalização: preliminares (levantamentos); organização da Matriz Curricular; áreas dos conhecimentos e matérias; e a estrutura articulada do Projeto, incluindo a legislação e Roteiro. No *Projeto Político Pedagógico: proposta dialógica sistêmica,* enfatizamos a escola frente ao paradigma da construção da cultura de paz e valores humanos pontuando a importância da formação da identidade escolar e o sentimento de pertencimento.

Temos, então, o Projeto organizado com visão-missão-objetivos a partir de referenciais normativos curriculares e o levantamento das necessidades da comunidade escolar. Desta forma, mobilizamos nossas intenções e interações pessoais para a construção de uma Cultura de Paz e Valores Humanos como profissionais ativos e conscientes, e nos esforçamos em investir pedagogicamente nos estudantes enquanto Ser integral, em suas capacidades inerentes. Mas tudo isso precisa tomar forma, ter vida, ter um corpo – PLANEJAR. Já dissemos que é na articulação do currículo que o projeto se materializa. O planejamento inter e transdisciplinar propiciam a *visão complexa ou sistêmica* da realidade, a compreensão que a vida está ameaçada e que devemos intensificar no currículo concepções mais profundas**.**

Durante o planejamento, a preocupação é dar vida ao currículo a partir deste novo olhar, a visão sistêmica que Arene Naess (ver quadro 1) direciona para a ecologia profunda. Ao incorporar temas, estes vão se desdobrando para depois organizar-se em áreas do conhecimento. A inter e a transdisciplinaridade acontecem porque as disciplinas isoladas não dão conta da complexidade dos fenômenos que, por sua vez, requer metodologias que ajudem os estudantes a serem críticos, autônomos e atuantes na sociedade. Esta multiplicidade de interações com o conhecimento intercultural requer variedades de formas de avaliações que veremos mais a frente.

Quadro 1 – Ecologia Profunda

Visão de Mundo	Ecologia Profunda
Domínio da Natureza	Harmonia com a Natureza
Ambiente natural como recurso para os seres humanos	Toda a Natureza tem valor intrínseco
Seres humanos são superiores aos demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento econômico e material como base para o crescimento humano	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de autorrealização
Crença em amplas reservas de recursos	Planeta tem recursos limitados
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Consumismo	Fazendo com o necessário e Reciclando
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

Fonte : http://www.ufrgs.br/bioetica/ecoprof.htm

O planejamento escolar - articulação do currículo

Planejamento é a ferramenta condutora do trabalho que ganha força quando está em rede: compartilhado, sistematizado, cronogramado com práticas planejadas. Este é um círculo virtuoso de ações que se replanejam, graças aos seres ativos, amorosos, intuitivos, perspicazes, solidários, e a outros tantos atributos que não mais estarão apartados dele mesmo, do Ser Professor. O Planejamento Escolar é o planejamento global da escola, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de racionalização, organização e coordenação **da ação docente**, que se articula em atividades escolares concretas, conflituosas e problematizadoras. Ele assim se apresenta:

A- **O Planejamento Escolar é o planejamento global** da escola, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, que se articula em atividades escolares concretas, conflituosas e problematizadoras.

B- **Plano de Ensino** é o documento utilizado para o registro de decisões tomadas, da escolha dos eixos temáticos alinhados a conhecimentos e necessidades a serem trabalhados pelo currículo. Trata-se de um tipo de formulário onde se apresenta o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com quais recursos, com quem

fazer e como avaliar. Para existir o plano, é necessário discutir os fins e objetivos, culminando com a definição do temário dentro dos referenciais - o planejamento coletivo.

C- **Projeto Didático** é um documento referente à organização das aulas para a turma a fim de tornar concreta a proposta curricular e registrar as formas de dar acesso ao conhecimento.

Como planejar o Projeto Didático?

- Primeiro passo: reconhecer as necessidades da turma, identificar um motivo, uma situação geradora (tema – subtema) que vá ao encontro dos estudantes;
- Segundo passo: definir e delimitar os objetivos e os conteúdos;
- Terceiro passo: escolher um fator de mobilização;
- Quarto passo: construir um plano de atividades para este desenrolar;
- Quinto passo: as formas de avaliação;
- Sexto passo: prever qual a duração e como ele se encerrará.

Competências para ensinar.

Segundo Perrenoud (2000) são dez as competências para ensinar:

1-Ter conhecimento e domínio daquilo que se quer ensinar - Responder claramente as questões: o quê, a quem, como, para quê?

2 - Gostar de ensinar - Ter em mente que o que fazemos é simplesmente uma tarefa a ser cumprida com comprometimento e amor.

3 - Sempre se colocar no lugar do educando - Cada pessoa tem seu momento e seu modo de aprender, tem que ser respeitado.

4 - Procurar facilitar a aprendizagem - Ser um estudioso, buscando alternativas que lhe assegurem administrar a heterogeneidade do grupo.

5 - Visar sempre à aplicação prática daquilo que se ensinou - Que, depois de cada estudo, ao sair, cada um leve uma mensagem consoladora da tarefa executada.

6 - Envolver o aprendiz naquilo que se está ensinando – Aproveitar o conhecimento inicial que cada um traz e esclarecer de acordo com os conceitos doutrinários.

7 - Trabalhar em equipe, observando e avaliando o efeito do que está sendo ensinado na vida de cada participante.

8 - Colocar ao seu alcance uma gama enorme de recursos e procedimentos didáticos que poderão ser usados em cada estudo e nunca se prender a um planejamento estático.

9 - Ter domínio emocional e psicológico, sabendo que naquele momento o coordenador do estudo é o condutor da atividade.

> 10 – Avaliar o que se quer alcançar com a aprendizagem adquirida. Saber a intencionalidade, fazendo uma avaliação crítica e o replanejamento para alternativas de melhoria. (PERRENOUD, 2007)

A interdisciplinaridade

A busca pela transversalidade[8] (temas transversais) propiciou outra maneira de abordar os fenômenos em sala de aula. O estudo da água, por exemplo, não é propriedade da geografia, assim como o estudo das doenças contagiosas não é um estudo que se esgota nas ciências relacionadas à saúde. Nestes dois temas citados existem muito mais de química, matemática, problemas sociais, geografia, história e política do que imaginamos. O modelo sistêmico busca as inter-relações dos fenômenos.

A educação, até agora disciplinar, requer avançar porque a vida não é fragmentada, o mundo não é fragmentado, corpo e mente, não estão separados. Assim, os saberes científicos, de repente, esgotam-se e sugerem formas interdisciplinares de ensinar. Os *parâmetros curriculares nacionais* são guias para a o planejamento da escola. Eles oferecem conteúdos e temas relacionados às diferentes áreas do conhecimento abordados interdisciplinarmente. O ENEM (2012) já prepara perguntas que somente o indivíduo que possua uma visão interdisciplinar sobre a situação-problema conseguirá respondê-las[9].

Trabalhando a aprendizagem por projetos e os processos grupais

Trabalhar em conjunto, no sentido de formação de grupo, requer compreensão dos processos grupais para desenvolver competências que permitam, realmente, aprender com o outro e construir de forma participativa. A sala de aula é um reflexo do ser professor. Planejar participativamente é um exercício, mas também uma escolha. Ela revigora a autonomia e nos auxilia em diferentes aspectos: prepara-nos para enfrentar imprevistos, ajuda-nos a dar sequência às atividades, oportuniza ter uma visão das necessidades dos estudantes, dá coerência e flexibilidade às nossas ações, nos auxilia na análise da situação, mapeamento e ordenamento de nossas ações, e possibilita o acompanhamento do progresso, do desempenho, permitindo ao professor revisar e flexibilizar as suas ações. A aprendizagem por projetos é uma das formas que mais revigora a práxis.

---

[8] VÍDEO - *Transversalidade e interdisciplinaridade em* http://www.youtube.com/watch?v=cNpTwye78Vk&feature=related

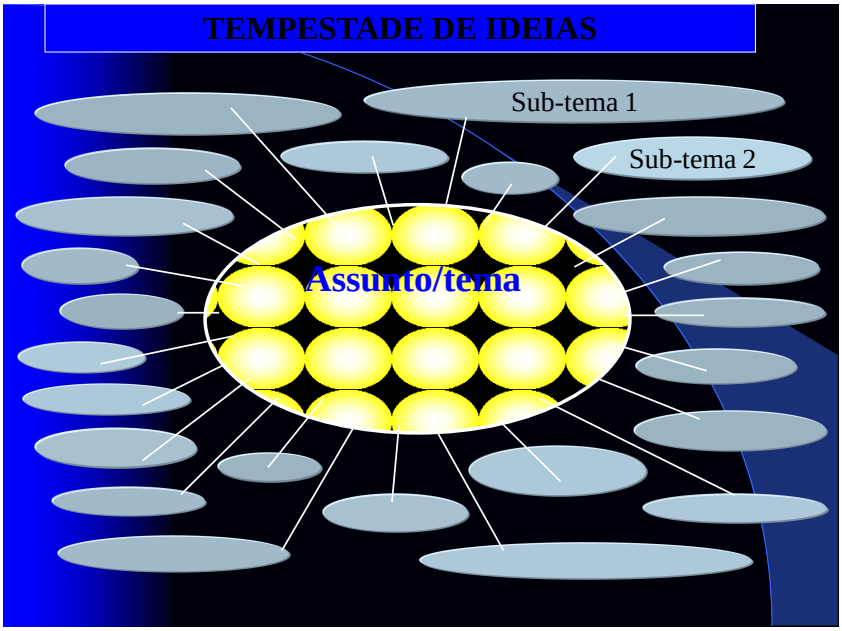
[9] Detahes do ENEM em http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular/enem/interdisciplinaridade-promete-misturar-materias-enem-511159.shtml

Organização

A partir do Planejamento e do Plano de Ensino organizam-se os temas a serem estudados, fazendo a intermediação com os referenciais curriculares do grupo etário-ano-ciclo e as necessidades da comunidade escolar. O tema central, ou grande tema, tem seus desdobramentos em subtemas, e estes em conteúdos.

Depois, o trabalho é sistematizar procurando as áreas de conhecimento envolvidas e como será feito o trabalho interdisciplinar. Lembramos que a construção de conhecimentos não tem fim, nem sempre se dá de uma só maneira, e pode ser expressa em várias linguagens. Por exemplo, se dentro dos grandes temas elencados temos o estudo do nosso planeta, teremos vários outros subtemas derivados como Água, Ar, Tempo e Temperatura, Energia, Vegetação, Ecossistema, Origem, Ser Humano, Meio Ambiente, e assim por diante.

Figura 8 – Tempestade de Idéais



Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes

Desses subtemas, saem outros menores ou conteúdos que escolhermos como prioritários. Os conteúdos organizados em grandes áreas darão consistência ao entendimento do estudante sobre as conexões e nexos relacionados.

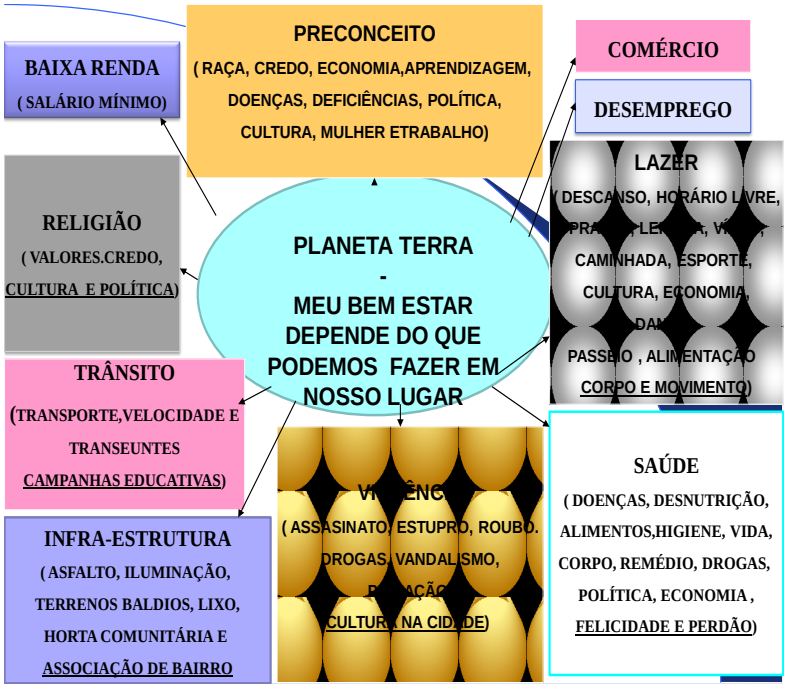
Logicamente, cada um em seu ritmo e dentro do nível de processo de escolarização, a escola por sua vez acompanha os passos, avanços e cria dispositivos e recursos que possibilitem um maior acesso ao conhecimento.

Figura 9 – Exemplo de Complexo Temático



Fonte: Escola de Educação Infantil Sha'Ar Hanegev

Figura 10 – Adaptação de uma escola de Ensino Fundamental



Fonte: arquivo Magda Marly Fernandes-2012

Áreas envolvidas na articulação dos conhecimentos

Os esquemas que configuram as áreas de conhecimento ajudam a visualizar como as matérias se articular e o que a escola se propõe a desenvolver. A organização do trabalho pedagógico teórico e prático deve atender conteúdos mínimos previstos nos Referenciais Curriculares da Educação (Infantil, fundamental ou médio segundo a etapa de escolarização) em consonância com as necessidades da comunidade escolar expressos no Projeto escolar.

Fazer um esquema de como as áreas do conhecimento vão se articular serve de guia ou roteiro para os estudantes, pais e demais profissionais da escola para que se integrem enquanto educadores à proposta educativa. O esquema tem uma circularidade a partir de um eixo norteador em torno do qual as aulas são enquadradas lembrando que as aulas respondem às divisões previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino pode avançar para além dos limites do que foi pensado num primeiro momento, com implementação de projetos já existentes integrados à proposta, e outros que podem vir a ser criados.

Formas de avaliação

Da avaliação interna as orientações gerais das diretrizes curriculares são para que as avaliações sejam:

I - Processual - envolve o ato de avaliar que ocorre durante todas as práticas do cotidiano escolar, visando identificar os avanços e as dificuldades do processo, permitindo ao professor observar e registrar o desenvolvimento e a evolução da aprendizagem dos estudantes, por meio de mudanças de estratégias didáticas, para a correção dos desvios e intervenção pedagógica imediata;

II - Formativa - envolve o ato de avaliar que permite ao professor refletir e acompanhar todo o processo de formação dos estudantes, dando-lhes retorno e as suas famílias sobre a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo, constituindo-se, por conseguinte, numa avaliação que informa e faz uma valoração dos processos de ensino e de aprendizagem;

III - Cumulativa - envolve o ato de avaliar que identifica se os objetivos foram alcançados ao final de cada unidade didática e de cada ano de escolarização, considerando os aspectos da produção do conhecimento que se acumulam e se ampliam ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem;

IV - Participativa - envolve o ato de avaliar, no qual professores e estudantes avaliam a prática educativa, assumindo um caráter democrático, onde as opiniões são ouvidas e respeitadas, constituindo-se, portanto, um processo emancipatório, ao permitir

que o estudante participe da construção e desenvolvimento do seu próprio conhecimento, tornando-se ativo, crítico e reflexivo.

No documento do Projeto é preciso esclarecer os tipos de avaliações que serão utilizadas.

São vários os instrumentos de avaliação porque são várias as formas de expressão dos conhecimentos. Assim, elas devem ser claras para o estudante e fazer parte do processo de ensino a fim de apontar habilidades, talentos e empenhos[10].

- Realização de seminários sobre os estudos.
- Realização de portfólio sobre as leituras.
- Apresentação de síntese do trabalho em sala.
- Apresentação do trabalho usando as diferentes linguagens, escrita, oral, artística, mapas conceituais.
- Difusão do trabalho na escola e fora dela usando, inclusive, os meios da tecnologia da informação.
- Resultados de pesquisa de campo com redação articulada à teoria.

Uma proposta de Valores Humanos e Cultura de Paz nas escolas:

Aflorar a força de atuação consciente

Somos energia e, quando projetamos algo, esta energia tem uma *tendência* a concretizar-se. Estamos todos conectados através de nossa vibração, pois somos seres feitos de matéria e energia.

Há quem se incomode com a abordagem sistêmica por ser muito nova e nos tirar da zona de conforto, do mundo concreto mensurável, do que estamos acostumados a fazer diariamente, mesmo que os dias não façam mais sentido algum. O medo é um impedimento que anula a força de atuação. O que é a força de atuação consciente senão uma *força* de pessoas irmanadas por objetivos nobres?

Esta força criadora quando projetada, materializada, cria um campo maior de possibilidades, e a tendência é concretizar-se, mas concretiza-se dentro das circunstâncias, no inusitado, e é isso que nos faz aprender mais.

[10] VÍDEO Sessões de cálculo mental – atividade de portfólio em : http://www.youtube.com/watch?v=dZaFUNnVuyU .

Por vezes, nos pegamos dizendo *tinha tudo para dar certo, mas o que aconteceu?* Hoje, sabemos que as chances de um projeto dar certo aumentam quando um grupo maior de pessoas entra na mesma sintonia.

Figura 11 - Sintonia



Fonte: http://conjuncao.blogspot.com/2011_05_01_archive.html

A palavra tem poder

Iniciativas isoladas também dão certo, mas ficam represadas, porque a ideia represada não flui. Temos que cuidar da palavra principalmente quando ela revela as nossas intenções. A palavra gera movimento, um movimento circular. Pensamento gera palavra. Palavra gera pensamento. Isso não para e gera ação, pois tudo acontece pelo poder da palavra, porque alguém um dia sonhou, falou, difundiu, compartilhou, e as pessoas se uniram para levar a termo aquela ideia. A palavra é a primeira materialização de uma ideia; a segunda, é a livre ação. Na escola, boas ideias são sérias, e elas não vêm do nada, elas têm uma conexão.

Celebrar conquistas pensando na inclusão de todos

A celebração das conquistas é o que move a escola. Por isso a necessidade de mostrar o que a escola conseguiu produzir. A comunidade merece ver o conjunto da escola, e, com isso, se fortalecer, criar um ambiente amistoso. Geralmente a escola se mobiliza para mostrar ao sistema seus trabalhos e envolver somente os estudantes de melhor desempenho. É preciso ter cuidado, pode-se estar criando inimigos na própria casa. Importa pensar no sistema como servidor e não a serviço, então, deve-se mostrar o bom e as necessidades.

As dificuldades são pontes para melhorar o ensino e devem fazer parte deste espaço de discussão. Atividades de cunho Científico e Cultural melhoram a autoestima do

estudantes e criam identificações na escola. Se esta tem problemas, precisa-se transformar esse problema em um tema a discutir[11].

Respeitar as diferenças

Alguém poderá argumentar, mas para todas as pessoas e para aqueles que são meus desafetos, devo ter respeito? Mesmo esses, pois o que manifestam não é o que está no âmago do SER, pois, no âmago, todos são perfeitos. O que aparece é a reatividade sobre algo que está sendo tirado (não necessariamente pela escola), algo vital que faz com que queiram ser reconhecidos como gente. As diferenças entre professor e estudante são ameaçadoras quando esse estudante é visto pelo lado da desvantagem.

Figura 12 - Reverência



Fonte:http://entreorealeosonhoapalavra.blogspot.com.br/2012/04/o-gesto-mais-lindo.html

Existem diferenças concretas entre professor e estudante, como a faixa etária, a posição hierárquica na escola, a bagagem linguística e cultural. Se tomarmos posição por estes aspectos, o estudante já será um sujeito vencido. Estabelecer igualdade não é inverter a subserviência, é não deixar que a subserviência impere nesta relação. O caminho é o reconhecimento do que é justo e humano, pois a paz se estabelece com a justiça e a humanização nas relações.

Mostrar o Bem

O BEM é um adjetivo substantivado que precisa ser materializado no que é substantivo, palpável, visível, concreto. Fazer o bem pode ser praticado na escola, incluído no plano de trabalho. Fazer o bem pode ser discutido entre os estudantes e virar um projeto de beneficiamento voltado a um setor local.

[11] VÍDEO Feira Cultural 2009. Colégio São Roque e Escola Aquarela http://www.youtube.com/watch?v=gU23jGIKfog

Acolhimento

Figura 13 – Acolhimento



Fonte: http://www.jornaldopovo.com.br/site/vc_reporter_fotos_interna.php?idGaleria=157

Acolher o estudante na escola é, principalmente, acolher suas ideias, abrir espaços para suas escolhas. O reconhecimento de suas habilidades depende do acesso que damos aos conhecimentos vários, e à abertura para expressar seus talentos.

Espontaneidade

Com o tempo, vamos criando capas, cascas e passamos a ser reconhecidos por elas. Somos o "chefe", "obediente", "pai", etc. e passamos, muitas vezes, a agir com o que esperam de nós, positiva ou negativamente, como se colocássemos máscaras e elas passassem a ser nós mesmos. Não se trata de um curso de psicanálise, embora não faça mal nenhum lembrar um pouco da "persona". Se, fatalmente, temos que usar máscaras, pelo menos que sejam a que mais revelam do nosso âmago.

Figura 14 – Espontaneidade



Fonte: http://br.freepik.com/index.php?goto=2&k=mascara&isCat=1&isKeyword=1&order=2&vars=2

Atenção

Como é que uma dona de casa lava a louça? Muitas vezes pensando em um sem número de outras atividades que ainda estão por fazer. É disso que estamos falando: atenção extrema que ajuda a ter uma empatia com o outro sem permitir que a cabeça vá para um lado, enquanto o corpo está em outro.

Figura 15 - Empatia



Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/album/albumFotos_270797.shtml?foto=5

Alegria – Sorrir

Favorecer a Alegria é um talento. Foi provado que o riso muda o ambiente, muda o mundo. Trabalhar com humor é contagiante, traz saúde e cordialidade. Para Roberto Crema, a menor distância existente entre um ser e outro é o sorriso e o choro[12].

Serenidade – calma

Os exercícios introspectivos induzidos por música – visualizações – MEDITAÇÃO ajudam a manter a serenidade no meio das turbulências. Somos seres humanos e, muitas vezes, sentimos nossa tolerância esvanecer. O professor adoece quando perde seu humor, a calma. Até os animais são reativos a esse ambiente. A serenidade pode ser exercitada antes e depois da aula, ambos, professor e estudantes – até virar rotina, faz parte da saúde mental este exercício.

Aprender a respirar

Os exercícios meditativos ensinam a respirar. Isso é importante para a atenção, para manter-nos conectados, inteiros na aula, deixando problemas de lado.

Agradecer

Agradecer estabelece a empatia e um clima de cooperação, desperta a solidariedade. Muito obrigada é a expressão de maior vibração.

[12] MÚSICA – Estrela – GIL em http://www.youtube.com/watch?v=GXw07m7oNH0&feature=related

Pedir perdão

Pedir desculpas, pedir perdão, é o exemplo mais contagiante, pois mostra que apesar do cargo, da escala hierárquica, podemos ter humildade. Na atualidade, humildade para muitos é sinônimo de covardia, de fracasso. O bullying na escola é a ausência total da noção de que o outro é o si mesmo. Mas existe uma liberdade irredutível, que é a liberdade de conceder o perdão[13].

Mediar conflitos

Os conflitos são sintomas da luta pela vida, não só da luta básica pela sobrevivência, mas da luta pelo reconhecimento de um indivíduo ou grupo. O sentimento de injustiça e de menos valia nasce quando bens culturais e simbólicos específicos e necessários à reprodução e ao adensamento da vida são negados, retirando do sujeito o sentido da existência (pulsões de luta pela vida). Os conflitos, desde os menores até os maiores, são tentativas de evolução e de correção das maneiras insustentáveis do viver.

As práticas pedagógicas libertárias transformadoras (FREIRE, 1987) resultam da investida nas realidades e em suas contradições. As situações-limites estão ligadas aos problemas de dependência, quer seja social, cultural ou ideológica. Então, as práticas transformadoras precisam se imbuir de intenções libertadoras. Quem supera não são os agentes, e nem o seu público oprimido, mas o pensamento enclausurado nas práticas da opressão. Esta possibilidade de educação com reflexões, diálogos, escutas, discussões, cobranças, confrontos, tomadas de decisões, mudanças de posturas, frentes de resistência, alterações radicais e consensos, não é nova, nem especializada, mas uma prática política que se constrói e se funde no pensamento democrático.

Nas escolas onde a diversidade é intensa, as brigas entre estudantes são os “conflitos” mais declarados. Realmente, presenciar brigas de qualquer natureza é aterrorizante, e isso torna a convivência insuportável. Estes “conflitos” constam de registros oficiais da secretaria da escola, e de registros dos conselhos para a infância e a juventude. Seguindo as definições anteriores, brigas na escola não são conflitos, e sim confrontos; uma violência deflagrada por instantâneos emocionais, com desentendimentos, geralmente disparados por questões banais, resultante de problemas pontuais ou de ameaças intimidativas repetitivas, que, na maioria das vezes, são negligenciadas, caracterizando o chamado *bullying*[14] na escola, não só entre estudantes.

[13] VÍDEO - Direitos Humanos e Justiça restaurativa - Perdão, poder e política – Profa. Flavia Shilling em http://www.youtube.com/watch?v=wTPHbVWZFe4 .

[14] ***Bully*** termo inglês, quer dizer zoar, humilhar, assediar. *Bullying*, são ameaças repetitivas contra alguém que é considerado inferior. Na escola, as pessoas que sofrem atos repetitivos de intimidação, depreciação, ameaças, sofrem *bullying* Exemplo: pagar pedágio para não apanhar na escola; ser depreciado pelos pais ou professores; ser vítima de grupos e gangs; passar a ser ridicularizado e exposto em público.

Os problemas entre estudantes e professores, os abusos de poder, e restrição de direitos são menos registrados e quase sempre considerados *normais* nos ambientes educativos, o que resulta em legalização da violência relacional, ambiental, social secundária (para quem assiste e se ressente da situação) e institucional. Por isso, os métodos não podem assumir um perfil rígido de manual de processos de conflitos e seus resultados, nem ficarem aprisionados a leis e a legitimidades, mas devem funcionar como meio, via para a compreensão de como tudo chegou ao ponto que chegou.
A *Justiça Restaurativa* é um meio que vem sendo aplicado em conflitos intensos, ou quando há crimes nos espaços educativos ou em instituições convencionais. O foco são *as necessidades* não atendidas da vítima.

A construção da paz não trabalha com a ideia de oposição opressor/oprimido, patrão/empregado como "lados" inimigos, mas com a ideia de polaridades de um mesmo sistema historicamente construído. Freire (1987) nos ensina que opressor e oprimido acabam sendo hospedeiro um do outro. Quando desvestido de seus cargos e máscaras, o sujeito vítima da opressão faz, no máximo, mostrar o ato que o desumanizou; e o sujeito executor do ato opressivo, no mínimo, reconhecer o ato desumanizante.

Para Brancher (2009), o conflito maior a ser superado é o conflito interno que habita nosso cotidiano e que infecta nossa mente. Sem destruir pensamentos preconceituosos que passam de um para outro, não se remove o mal pela raiz, pelo contrário, faz-se brotar outros mais resistentes.

Para saber mais

Para aprofundar o estudo sobre os temas deste módulo, indicamos algumas leituras, vídeos e publicações virtuais.
Consulte todas as recomendações no ambiente virtual do PROGEPE.
Cada uma delas trata de um eixo importante para o tema.

APPLE, Michael W. ; JAMES, A. Beane (Orgs). **Escolas Democráticas.** 2. ed. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRANCHER, Eleoberto Narciso. **Justiça restaurativa: a cultura de paz na prática da justiça**.
Disponível em: <jij.tj.rs.gov.br/jij_site/docs/JUST_RESTAUR/VIS%C3O+GERAL+JR_0.HTM - 21k>. Acesso em: 10 set. 2009.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GEMERASCA, Maristela; GANDIN, Danilo P. **Planejamento Participativo na Escola**: O que é e Como Se Faz. São Paulo: Loyola 2004.

JARÉS, Xésus R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** 2. ed. Porto Alegre: Ed Artmed, 2002.

PARO, Vitor. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PACHECO, José. **Escola da Ponte:** Formação e Transformação da Educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERRENOUD, Phellippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

RABBANI,Martha Jalali. **Porquê educar para a paz .** Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/183.htm>. Acesso em: 27 jul. 2009.

SCHUGURENSEKY, Daniel. Globalização, democracia participativa e educação cidadã: o cruzamento da pedagogia e da política pública. In: SILVA, Luiz Heron: (Org). **Qual conhecimento? Qual currículo?** 2. ed.Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico**: Do Projeto Político- Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. 5. ed. São Paulo: Libertad editora, 2004.

Na prática

Aqui você encontra sugestões para aplicar os conteúdos deste módulo no seu cotidiano. Execute as ações aqui propostas, consulte as outras sugestões no ambiente virtual do PROGEPE e compartilhe seus resultados.

Atividade 1

Rever cada item do tema norteador 1 (tópico 3.1.) procurando relacioná-lo com a organização do projeto da sua escola.

Atividade 2

a- Herói Anônimo

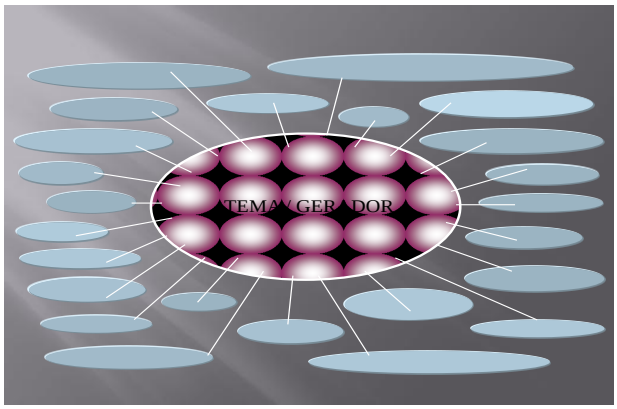
Muitas pessoas que estão ao nosso redor são heróis anônimos. Elas fazem coisas muito boas, mas nem sempre são lembradas ou valorizadas. Convidem os estudantes a escreverem histórias de vida e montar um portfólio com fotos e declarações de outras pessoas sobre ela. Os grupos que leem o material devem atribuir os valores pertinentes àquela pessoa e fazer um painel em sua homenagem.

b - Revitalizando o espaço – cuidando do ambiente

Os estudantes podem trabalhar com projetos de revitalização de um pequeno espaço na comunidade, ou mesmo na escola, e envolverem muitos colegas para este trabalho. Deve-se escrever os passos do projeto, as leituras e os estudos necessários, os impactos que o projeto pode trazer, quais os passos realizados. Finalmente, vêm a aplicação, a finalização e a difusão de resultados.

Atividade 3

Utilize este quadro como um condutor da atividade. Converse com as pessoas de sua escola sobre um tema gerador e coloque este tema no centro da figura. Criem juntos(as) possíveis desdobramentos que podem compor uma rota de estudos e de ações. Não esqueça que o tema gerador ganha força quando ele é discutido coletivamente.



Atividade 4

O MELHOR DE MIM ESTÁ AQUI E EU O COLOCO À DISPOSIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.

Material – Tecido Branco de preferência algodão bem simples de mais ou menos 2mX 2m. Tinta de mão de várias cores.

Pinte sua mão do jeito que quiser, imprima no tecido e escreva uma palavra que retrate a sua contribuição.

Atividade 5

PAINEL - A ESCOLA IDEAL

Dividir a sala em grupos por cores (distribuir 4 a 5 cores aleatoriamente)

Distribuir folhas do mesmo tamanho para cada grupo e deixar alguns materiais disponíveis para desenho, colagem, pintura e revistas para recortes.

Cada grupo deverá pensar numa escola ideal e materializar no painel.

Pensar nas competências do professor para tornar esta escola possível.

Pensar nos valores essenciais para esta escola vencer

Atividade 6

GRANDE PAINEL

MATERIAL – Muitas folhas A4 brancas; revistas diversas; canetas e lápis hidrocor; pincel atômico.

Tempo - 40 min. e mais 10 para exposição.

1 - A turma deve organizar-se sozinha, dividindo tarefas em pequenos grupos.

2 – Observar o quadro sugerido.

3 – Cada grupo representa um tópico do quadro utilizando figuras, escrevendo palavras etc.

4 – Todos juntam num grande painel.

ECOLOGIA PROFUNDA
Harmonia com a Natureza
Toda a Natureza tem valor intrínseco
Igualdade entre as diferentes espécies
Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de autorrealização
Planeta tem recursos limitados
Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Fazendo com o necessário em Reciclando
Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

Comunidade virtual de Aprendizagem

Participe da comunidade virtual do PROGEPE, visite o site www.siepe.educacao.pe.gov.br para compartilhar sua experiência, seu conhecimento, e interagir com os demais participantes

Após ter realizado a leitura deste Módulo, convidamos você a interagir no **Fórum Planejamento Escolar**.

Reflita sobre os seguintes questionamentos:

- Contextualize o cotidiano de sua escola.
- Quais os valores humanos essenciais você acredita serem importantes para praticar na escola?
- Na sua escola, você percebe a participação coletiva colaborativa entre os professores? Se percebe, como se dá esse processo?

Em seguida, descreva suas experiências em relação ao Planejamento escolar na sua escola.

- Como ele é feito?
- Que recomendações você sugere para o planejamento escolar?

E então, muitas reflexões? Que tal compartilhá-las com os seus colegas de turma?

Solicitamos que relate e discuta estas experiências.

Vá ao **FÓRUM PLANEJAMENTO ESCOLAR** e registre suas reflexões.

Além disso, discuta a mensagem de pelo menos dois colegas de sua turma.

Conteudistas

Magda Marly Fernandes

Pedagoga e professora. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Educação e Currículo (2010), Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002). Especialização em Educação e Deficiência pela Universidade Santo Amaro (2001). Graduação em Pedagogia e Letras. Professora adjunta III do Curso de Pedagogia da Universidade Cruzeiro do Sul. Atuação na Pós-Graduação Lato-Sensu nos cursos de Arte e Educação; Gestão Educacional, Educação Especial. Ministra cursos em educação continuada com os seguintes temas: ética na educação, educação inclusiva, mediação de conflitos na escola, aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Maria de Lourdes Granato Almeida

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP na área de Supervisão e Currículo, (1993). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1977) Iniciou a carreira do magistério como professora alfabetizadora e das séries iniciais. Foi Coordenadora Pedagógica, Diretora de Escola, tendo permanecido no magistério público, até 2008, quando se aposentou no cargo de Supervisora Escolar pela prefeitura do Município de São Paulo. Professora Universitária por mais de 20 anos, com atuação na graduação, nos curso de Pedagogia e Arte e Pós Graduação. Larga experiência na formação de professores, em especial de futuros gestores escolares. Atualmente colabora na formação continuada dos profissionais da Educação diretamente nas Unidades Escolares ou em Secretarias de Educação. Exerce as funções de Coordenadora Pedagógica e docente no CONVIDAPLENA - Espaço Educacional, que tem por proposta contribuir com a formação continuada dos profissionais da Educação.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Gerente da Regional de Educação Recife Norte: **Gilvani Alves Pile Torres**
Gerente da Regional de Educação Recife Sul: **Marta Maria de Lira**
Gerente da Regional de Educação Metropolitano Norte: **Sinésio Monteiro de Melo Filho**
Gerente da Regional de Educação Metropolitano Sul: **Danielle de Freitas Bezerra Fernandes**
Gerente da Regional de Educação Mata Norte: **Luciana Anacleto da Silva**
Gerente da Regional de Educação Mata Centro: **Ana Maria Xavier de Melo Santos**
Gerente da Regional de Educação Mata Sul: **Sandra Valéria Cavalcanti**
Gerente da Regional de Educação Litoral Sul: **Jorge de Lima Beltrão**
Gerente da Regional de Educação Vale do Capibaribe: **Edjane Ribeiro dos Santos**
Gerente da Regional de Educação Agreste Centro Norte: **Antônio Fernando Santos Silva**
Gerente da Regional de Educação Agreste Meridional: **Paulo Manoel Lins**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Moxotó Ipanema: **Elma dos Santos Rodrigues**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Alto Pajeú: **Cecília Maria Peçanha Esteves Patriota**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Submédio São Francisco: **Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana**
Gerência Regional de Educação Sertão do Médio São Francisco: **Anete Ferraz de Lima Freire**
Gerência Regional de Educação Sertão Central: **Waldemar Alves da Silva Júnior**
Gerência Regional de Educação Sertão do Araripe: **Maria Cleide Gualter Alencar Arraes**

COMISSÃO ESTADUAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR E DIRETOR ADJUNTO

Presidente: **Carla Cavalcanti Fernandes**
Alda Lúcia Limados Santos
Anselmo José Santos de Lima
Carmen Raquel Nunes Silva
Henrriete Maria Medeiros de Araújo
Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho
Maria de Araújo Medeiros Souza
Norma Bandeira de Almeida Vasconcelos
Shirley Silva Moura
Zélia Oliveira da Silva Pereira
Zózimo Gonzaga de Oliveira

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Coordenação Geral do PROGEPE: **Ana Claudia Dantas**
Coordenação Administrativa – PROGEPE: **Arandi Maciel Campelo**
Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento – PROGEPE: **Maria do Socorro Ribeiro Nunes**
Execução Administrativa Financeira da UPE – PROGEPE: **Maria Rozângela Ferreira Silva**, **José Thomáz C. de Medeiros**

PRODUÇÃO

Organização e gestão dos conteúdos:
Regina de Fátima Migliori

Conteudistas deste Módulo:
Magda Marly Fernandes, Maria de Lourdes Granato Almeida

Elaboração da síntese deste Módulo:
Magda Marly Fernandes, Maria de Lourdes Granato Almeida

Foto da capa:
Lousa Digital – Joaquim Távora
Fotógrafa: Aline Pineiro

Todos os direitos são reservados para Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
A publicação poderá ser reproduzida por meio impresso ou digital, desde que citada a fonte

O Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012, implanta a política estadual de formação continuada de diretor escolar, por intermédio do Programa de Formação de Gestor Escolar - PROGEPE, que tem por finalidade desenvolver ações diagnósticas, formativas e avaliativas, com o objetivo de contribuir na formação de lideranças sistêmicas capazes de atuar no conjunto da escola, assegurando que cada estudante atinja o seu potencial e cada escola se transforme em uma excelente escola.

O PROGEPE constitui-se nas etapas seletiva e formativa do processo de seleção de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais de Pernambuco. A etapa seletiva compreende:
1.Curso de aperfeiçoamento de 180 horas, sendo 96 horas presenciais e 84 horas a distância;
2.Certificação, que tem como finalidade identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar.

Como continuidade ao processo de qualificação profissional, a etapa formativa tem como objetivo promover o aprofundamento e a ampliação de conhecimentos indispensáveis ao exercício das funções e compreende :

1. ***Curso de Especialização***
2. ***Curso de Mestrado Profissional***

Para a realização do PROGEPE, será disponibilizada a Comunidade Virtual de Aprendizagem, um ambiente onde é possível acessar os conteúdos dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado, bem como atividades complementares, como biblioteca virtual e links com temas afins. A comunidade virtual tem como objetivo promover a interação de gestores, professores e demais servidores, assim como a disseminação de experiências exitosas em gestão. Para participar, acesse o Portal Educação em Rede: www.educacao.pe.gov.br.

Os diretores escolares e diretores adjuntos nomeados deverão participar do Curso de Especialização como condição para investidura da função pleiteada, havendo também vagas reservadas para todos os técnicos certificados no âmbito do Programa de Formação de Técnicos Educacionais – PROTEPE.

Para o Curso de Mestrado Profissional, serão disponibilizadas 40 vagas para os diretores escolares e diretores adjuntos certificados e 10 vagas para os técnicos certificados.

O PROGEPE e o PROTEPE são realizações da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Gestão da Rede.

Esperamos que estas ações contribuam de fato para construirmos a excelência em gestão escolar em Pernambuco, pois educação de verdade se faz com responsabilidade.

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco

Secretaria Estadual de Educação - Pernambuco
Av. Afonso Olindense, 1.513 - Várzea – Recife/PE - CEP 50810-900.